



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**

Nota Técnica nº 21/2021/COGEP/CGPLAN/DIPLAN/GABIN/ICMBio

Brasília-DF, 30 de novembro de 2021

**Assunto:** Acordo de Cooperação que entre si celebram o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade-FUNBio, visando explicitar as atribuições e responsabilidades das partes para a implementação do Projeto “Estratégias de conservação, restauração e manejo para a biodiversidade da Caatinga, Pampa e Pantanal (GEF-TERRESTRE)”, com a interveniência da união, representada pelo Ministério do Meio Ambiente.

## 1. DESTINATÁRIO

1.1. Departamento de Áreas Protegidas - DAP/ MMA.

## 2. INTERESSADO

Coordenação de Projetos e Parcerias - COGEP/CGPLAN/DIPLAN/ICMBio.

## 3. REFERÊNCIA

3.1. LEI Nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, que dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes; altera as Leis nos 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, 11.284, de 2 de março de 2006, 9.985, de 18 de julho de 2000, 10.410, de 11 de janeiro de 2002, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.357, de 19 de outubro de 2006, e 7.957, de 20 de dezembro de 1989; revoga dispositivos da Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, e da Medida Provisória nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001; e dá outras providências.

3.2. DECRETO Nº 10.234, de 11 de fevereiro de 2020, que aprova a Estrutura Regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e transforma cargos em comissão.

3.3 Carta de Endosso do GEF, de 09 de agosto de 2017 – Aprovação do Projeto “Estratégias de Conservação, Restauração e Manejo para a Biodiversidade da Caatinga, Pampa e Pantanal (GEF-Terrestre)”.

3.4 Informativo do Projeto "Estratégias de conservação, restauração e manejo para a biodiversidade da Caatinga, Pampa e Pantanal – Projeto GEF Terrestre", cujo objetivo é o desenvolvimento de ações de conservação da biodiversidade na Caatinga, Pampa e Pantanal. Fonte do Recurso GEF - USD US\$ 32.621.820,00. Agente implementador: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Agente executor: FUNBIO.

3.5 Manual Operacional do Projeto (MOP) (9959594).

3.6 Convênio de Financiamento Não Reembolsável de Investimento do Fundo Global para o Meio Ambiente entre FUNBIO e Banco Interamericano de Desenvolvimento (4250161).

3.7 Acordo de Cooperação Técnica entre MMA e FUNBIO para implementação das atividades do Projeto Estratégias de conservação, restauração e manejo para a biodiversidade da Caatinga, Pampa e Pantanal – Projeto GEF Terrestre (4243751).

3.8 Lei 13.019, de julho de 2014 – Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e nº 9.790, de 23 de março de 1999. ([Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015](#))

3.9 Decreto 8.726, de 27 de abril de 2016 – Regulamenta a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

3.10 Decreto 5.151, de 22 de julho de 2004 – Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Federal direta e indireta, para fins de celebração de atos complementares de cooperação técnica recebida de organismos internacionais e da aprovação e gestão de projetos vinculados aos referidos instrumentos.

3.11 Nota Técnica nº 03/2018/CGCON/DIBIO/ICMBio (4242707).

3.12 Parecer n. 00159/2021/COMAD/PFE-ICMBIO/PGF/AGU (8820058).

3.13 Parecer n. 00410/2021/COMAD/PFE-ICMBIO/PGF/AGU (9894054).

## 4. FUNDAMENTAÇÃO/ANÁLISE TÉCNICA/PARECER

4.1. Trata-se de proposta de Acordo de Cooperação (9954594), cujo Plano de Trabalho está registrado sob o nº SEI 9956268, e que tem por intuito estabelecer cooperação técnica entre Ministério do Meio Ambiente, este ICMBio e FUNBIO, com a finalidade de implementar as atividades do “Projeto Estratégias de conservação, restauração e manejo para a biodiversidade da Caatinga, Pampa e Pantanal (GEF-Terrestre)”, em consonância com o Manual Operacional do Projeto - MOP (9959594).

4.2 O Projeto GEF-Terrestre tem o objetivo geral de melhorar a conservação na Caatinga, Pampa e Pantanal por meio da expansão do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e da integração com outras estratégias de conservação: os Planos de Ação Nacionais para espécies ameaçadas, e a restauração de áreas degradadas. O projeto está estruturado em 5 componentes: (1) Criação de Unidades de Conservação; (2) Manejo em Unidades de Conservação e áreas adjacentes; (3) Recuperação de áreas degradadas; (4) Avaliação do risco de extinção da fauna e da flora; e, (5) Comunicação e Integração com comunidades, e a implementação do projeto terá atuação conjunta do MMA e ICMBio. No ICMBio, a execução dos componentes 1 e 2 e se dará principalmente pela DIMAN, o componente 3 será executado pelo MMA/DECO, com a supervisão do CBC, o componente 4 será implementado pela DESP/MMA, e o componente 5, que atuará como integrador de demandas dos demais componentes será coordenado pelo MMA.

4.3 O GEF-Terrestre está alinhado aos princípios da Convenção de Diversidade Biológica (CDB), da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (UNFCCC), da Convenção sobre a Conservação das Espécies Migratórias de Animais Silvestres (CMS) e a diversas políticas nacionais. Entre estas, ressalta-se a implementação Política Nacional de Biodiversidade (Decreto nº 4.339, de 22 de agosto de 2002), o estabelecimento do Programa Nacional da Diversidade Biológica - PRONABIO e da Comissão Nacional da Biodiversidade (Decreto nº 4.703 de 21 de Maio de 2003), a instituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000 e Decretos nº 4.340 de 22 de agosto de 2002 e nº 5.746 de 5 de abril de 2006) e o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (Decreto nº 5.758 de 13 de abril de 2006). Além disso, destaca-se também a relação do Projeto com a Lei de Proteção da vegetação nativa (Lei 12.651 de 25 de maio de 2012), a Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Decreto Nº 8.972 de 23 de janeiro de 2017), o Programa Nacional de Combate à Desertificação e o Plano Nacional de Mudanças Climáticas. Em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, o Projeto contribui diretamente com o objetivo 15 -Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

4.4 O arranjo de governança do Projeto será entre o BID e o FUNBIO, que terá o papel de agência executora do Projeto, por intermédio de um Convênio de Financiamento não Reembolsável; enquanto o ICMBio, por meio de Acordo de Cooperação a ser firmado com a FUNBIO, será o beneficiário das ações do Projeto. Cabe ressaltar que é um projeto com arranjo de execução não orçamentária, ou seja, os recursos externos não são internalizados e/ou executados no âmbito do orçamento brasileiro.

4.5 As competências e obrigações de cada parte estão discriminadas na minuta do Acordo de Cooperação proposta e constam no documento SEI 9954594, mostrando-se adequadas à execução técnica do Projeto por parte do ICMBio. A gestão financeira do Projeto, seu monitoramento e prestação de contas ao doador, será realizada pelo FUNBIO, descritas aqui de modo geral incluem: monitorar a execução de todas as instituições beneficiárias, prestar serviços quanto à elaboração de relatórios de progresso e apoio técnico nas etapas da seleção, contratação e aquisição de bens, serviços e consultorias necessárias para alcance dos objetivos do Projeto.

4.6 O Plano de Trabalho, parte integrante do Acordo, contém o cronograma e as atividades necessárias à implementação dos componentes do projeto (9956268). O Manual Operacional do Projeto está anexado sob o número SEI 9959594. O kit de documentos comprobatórios das entidades e dos respectivos representantes legais do referido Acordo encontram-se nas digitais 10071872, 10071918, 10072414, 10072466 e 10072484.

4.7 Conforme consta na Nota Técnica nº 03/2018/CGCON/DIBIO/ICMBio (4242707), que descreve a importância do projeto para o ICMBio, destacamos que o presente acordo está relacionado ao Acordo de Cooperação Técnica já assinado com o MMA (documentos SEI nº 4255721 e 4243751) e que os recursos são originários do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, sendo que o FUNBIO é o executor dos recursos (4243687).

4.8 Além disso, os Pareceres n. 00159/2021/COMAD/PFE-ICMBIO/PGF/AGU (8820058) e n. 00410/2021/COMAD/PFE-ICMBIO/PGF/AGU (9894054) atestam a regularidade da instrução e da minuta do presente Acordo de Cooperação para a formalização entre o ICMBio e o FUNBIO de acordo de cooperação, visando à execução de programa de trabalho de interesse recíproco, para implementação do Projeto GEF-Terrestre e endossam a assinatura do referido instrumento.

4.9 Neste sentido, e considerando a retomada do Processo, torna-se necessário estabelecer um Acordo de Cooperação entre a agência executora e o beneficiário, com o objetivo de formalizar o arranjo institucional do projeto e dar início às atividades previstas no Plano de Trabalho acordado entre as partes, com a anuência da Procuradoria Federal Especializada junto ao ICMBIO.

## 5. CONCLUSÃO E/OU PROPOSIÇÃO

5.1. Ante ao exposto, sugerimos que a presente minuta de Acordo de Cooperação siga para o Ministério do Meio Ambiente para as providências referentes à sua aprovação e assinatura pelas parte envolvidas.

FLAVIA CRISTINA GOMES DE OLIVEIRA

Analista Ambiental

ANDRÉ LUIZ PEIXOTO BARBOSA

Coordenador de Projetos e Parcerias



Documento assinado eletronicamente por **Flavia Cristina Gomes De Oliveira, Analista Ambiental**, em 03/12/2021, às 09:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **André Luiz Peixoto Barbosa, Coordenador**, em 03/12/2021, às 13:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.icmbio.gov.br/autenticidade> informando o código verificador **10071414** e o código CRC **3BE9E432**.



MINISTÉRIO DO  
MEIO AMBIENTE



PÁTRIA AMADA  
**BRASIL**  
GOVERNO FEDERAL